

Publique-se Inclua-se em pauta por <u>Cinco</u> sessões <u>18</u> maio 2000 Vanderlei Macris - Presidente
--

PROJETO DE LEI nº 303 de 2000

*Proíbe qualquer discriminação por orientação sexual e dá outras providências.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO SÃO PAULO decreta:

FLS. N.º 1
RGL 3264
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Artigo 1º: Fica vedada qualquer forma de discriminação por orientação sexual.

Parágrafo único: Para efeito de aplicação desta lei, entende-se por orientação sexual, inclusive, o direito dos indivíduos de se declararem homossexuais masculinos ou femininos.

Artigo 2º: Constitui discriminação em razão de orientação sexual:

I - Impedir, dificultar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos públicos municipais ou particulares, comerciais e industriais;

II - Impedir, dificultar, recusar ou restringir o acesso a bares, restaurantes, hotéis, motéis, cinemas, teatros, clubes e similares, devendo-se garantir direitos iguais no que diz respeito a preços e utilização das dependências;

III - Negar emprego, demitir e impedir ascensão profissional;

IV - Induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;

V - Veicular pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou o preconceito;

VI - Praticar qualquer outro ato que cause constrangimento às pessoas protegidas por esta lei.

Artigo 3º: Fica proibido, à administração pública direta e indireta, firmar contrato com empresas que pratiquem as discriminações estabelecidas nesta lei.

Artigo 4º: A inobservância ao disposto nos artigos 1º e 2º sujeitará os estabelecimentos infratores às seguintes sanções:

I - advertência e multa de 400 (quatrocentas) UFESP's, por ocasião da primeira infração;

SEÇÃO DE REGISTRO E PROTOCOLO LEGISLATIVO
RGL 3264 de 18/5/00
Aut. 3
Ass. P.

ENTREGUE ALESA  
17 MAI 16 32 065550



II – suspensão do funcionamento por 30 (trinta) dias, por ocasião da segunda infração;

III – cassação do alvará de funcionamento, por ocasião da terceira infração.

Artigo 5º: O Poder Executivo firmará, se necessário, convênios com as Prefeituras Municipais para efeito de aplicação desta lei.

Artigo 6º: O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Artigo 7º: As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 8º: Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA:**

Preconceito contra os homossexuais é fato em nossa sociedade. Por conta disso, observamos as mais variadas formas de discriminação que vão desde atos constantes de constrangimento, até a restrição ao acesso dessas pessoas em hotéis, motéis, bares, restaurantes, etc. O preconceito chega ao absurdo de vincular os assassinatos de homossexuais a motivos outros (como droga e roubo) quando, na verdade, sabe-se que a maioria de tais mortes são fruto, simplesmente, da homofobia.

Este projeto visa somar forças contra o isolamento social a que são submetidos os homossexuais, garantindo-lhes seus direitos civis e jurídicos no âmbito do Estado, por entendermos que assim estaremos contribuindo para que toda forma de discriminação seja eliminada.

Não é legítimo afirmar que legislamos em prol da cidadania, quando calamos ante à violência física e à discriminação sofrida por homossexuais. A Constituição Federal de 1988 afirma que nossa Nação é um Estado Democrático de Direito que tem como um dos fundamentos a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II) e traz, ainda, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, IV).

FLS. N.º 2
RGL. 3264
PROTOCOLO LEGISLATIVO

Esperamos, portanto, que, também nesse particular, o Espírito de nossa Lei Maior se faça presente no Estado de São Paulo através do apoio dos Nobres Pares com vistas à aprovação da presente propositura.

FLS. N.º 3
RGL 3264
PROTUDOLO
LEISLATIVO

Sala das Sessões, em

Alberto "Turco Loco" Hiar

PSDB

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 19.03.2000

Serviço de Suporte e Conferência  
Esta proposição contém  
assinaturas  
SSC.1815/00

Conferente



Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 73ª a 77ª Sessões Ordinárias (de 22 a 26/05/00), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 26/05/00.  
lla